
O 25 de Abril e a disputa de utopias no campo da cultura: ressignificar o passado para projetar o futuro

*April 25th and the dispute of utopias in the field of culture:
re-signifying the past to project the future*

Daniel M. Laks

Universidade Federal de São Carlos / CNPq

Nathália Souza Martins de Oliveira

Universidade Estadual Paulista

DOI:

<https://doi.org/10.37508/rcl.2026.n55a1419>

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir dois romances contemporâneos – *Deixei meu coração em África*, publicado por Manuel Arouca em 2005, e *O último ano em Luanda*, publicado por Tiago Rebelo em 2008. Os dois romances, retirados de um amplo corpora de romances de mesmo estilo publicados desde os anos 2000, são representativos, no campo da cultura do discurso da extrema direita portuguesa de recuperação laudatória do passado colonial e salazarista. O artigo apresenta uma correlação entre esse discurso no campo da cultura e o seu correlato no campo da política partidária contemporânea como sintoma de um panorama de crise civilizacional em que se manifesta uma disputa por futuros, uma atualização das utopias. Nesse sentido, o 25 de Abril é representado como um desvio do verdadeiro rumo da história pátria, reeditando alguns dos mitos de fundamentação ideológica do salazarismo, que demandaria uma corre-

ção no presente visando a construção de um futuro novamente idílico. A análise proposta se baseia em teóricos como Fernando Rosas, para pensar o ponto de vista histórico do Estado Novo, Silvio Renato Jorge e Edward Said, para discutir as permanências de um ideário imperial, além de António Pedro Pita e Theodor Adorno, entre outros, para pensar as relações contemporâneas com a crise civilizacional do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: *Deixei meu coração em África; O último ano em Luanda*; Atualização da utopia; Crise civilizacional; Literatura Portuguesa.

ABSTRACT

This article aims to analyze two contemporary novels – *Deixei meu coração em África* (2005), by Manuel Arouca, and *O último ano em Luanda* (2008), by Tiago Rebelo. Selected from a broader corpus of similarly styled works published since the 2000s, these novels are emblematic, within the cultural domain, of a far-right Portuguese discourse that seeks to nostalgically rehabilitate the colonial and Salazarist past. The article establishes a correlation between this cultural discourse and its counterpart in contemporary party politics, framing both as symptomatic of a broader civilizational crisis marked by competing visions of the future – an ongoing reconfiguration of utopian imaginaries. Within this framework, the Carnation Revolution of April 25th is portrayed as a historical deviation from the “true” national trajectory, reviving key ideological myths of Salazarism that call for rectification in the present in order to construct a renewed, idealized future. The analysis draws upon theorists such as Fernando Rosas, for the historical context of the Estado Novo; Silvio Renato Jorge and Edward Said, for the discussion of the enduring legacy of imperial ideology; and António Pedro Pita and Theodor Adorno, among others, to interrogate the contemporary resonance of the twentieth-century civilizational crisis.

KEYWORDS: *Deixei meu coração em África; O último ano em Luanda*; Reconfiguration of utopia; Civilizational crisis; Portuguese literature.

A esquerda sectária do alto da sua arrogância moral acha que é dona do 25 de Abril. E a direita ambígua permite-o por falta de comparência. A IL diz: Presente. – João Cotrim Figueiredo, Iniciativa Liberal (Figueiredo *apud* Lusa, 2021a).

Hoje os cravos vermelhos deviam ser substituídos por cravos pretos. É o luto da democracia que estamos a celebrar. – André Ventura, Chega (*Ventura apud Lusa*, 2021b).

Os radicalismos não se compadecem com a moderação que serve a nossa participação política nem com a visão que defendemos do Estado e da sociedade. 25 de Novembro sempre! Comunismo nunca mais – Francisco Rodrigues dos Santos, CDS. (*Santos apud Juventude Popular de Lisboa*, 2016).

As três epigrafes escolhidas para abrir o presente trabalho são falas proferidas por políticos portugueses, de diferentes extratos do campo da direita, em sessões solenes de comemorações recentes do 25 de Abril no parlamento português. Essas três falas, retiradas de um conjunto de muitas outras possíveis que indicariam o mesmo sintoma, denotam um esforço, transcorridos mais de 30 anos da revolução, de disputar as significações históricas do fim do salazarismo para Portugal. A hipótese que defendemos aqui é a de que esta disputa se apresenta como sintoma de uma crise maior, de uma disputa por hegemonia política que se faz no mundo todo, com seus diferentes recortes nacionais, e que opera a partir de especificidades próprias no panorama português.

António Pedro Pita, no artigo “Mudar a vida precisa’ da arte?”, discute as relações entre estética e política no panorama daquilo que nomeou como uma crise civilizacional instaurada nas primeiras décadas do século XX. Para ele, havia uma clara interrogação, por parte dos que viviam aquele momento, dos modelos de racionalidade que geraram e consolidaram as formas de existir no mundo vigentes até então. Nesse sentido, o autor aponta uma mudança de era que vem acompanhada de uma disputa pela hegemonia do porvir, que se torna substância plástica, afeita à intervenção dos diversos agentes. Ao pensar, não propriamente em termos de história ou futuro, mas de “real”, Pita utiliza o conceito de Dominique Grisoni e Robert Maggiori (1975) de

atualização da utopia como categoria que vive da subversão da noção de real. A percepção de que a utopia atualizada reconfiguraria as dinâmicas do real aponta para a relação direta entre pensamento político e pensamento estético como possibilidade de intervenção nas relações de poder entre os indivíduos. As maneiras de perceber e de representar o mundo, próprias do campo estético, da cultura, expressam-se também nos domínios da representação política, que opera especificamente no campo da facticidade. “O real não é um continuum ou, pelo menos, um continuum cujo movimento obedeça a uma necessidade teleologicamente orientada. A convicção do século é a de que é possível intervir *de facto* no movimento do real” (Pita, 2014, p. 64).

A ideia deste artigo é pensar a noção de crise civilizacional, proposta por Pita, para analisar as conjunturas específicas do século XX, deslocando-a para a disputa de imaginários que se faz contemporaneamente, no século XXI, na sua sobreposição entre pensamento estético e pensamento político. Nesse sentido, as avaliações expressas nas epígrafes supracitadas sobre o 25 de Abril se constituem como ressignificações do passado português que visam um projeto de futuro específico, que pretende romper com a visão democrática de mundo constituída com o fim do fascismo em Portugal. Claro está que este não é um fenômeno isoladamente português, mas se insere num projeto global da extrema direita com especificidades em cada local.

Este artigo se insere no escopo do projeto de pesquisa *Memórias coloniais em disputa: as monstruosidades e o colonialismo português*, que conta com financiamento do CNPq. No projeto, contrapõe-se romances críticos e laudatórios ao colonialismo português em África, no que vem sendo tratado como uma disputa de memórias travada no campo da cultura, já que é próprio do campo da cultura também a formação de imaginários. A proposta aqui é discutir especificamente dois romances portugueses contemporâneos: *Deixei meu coração em África*, publicado por Manuel Arouca em 2005, e

O último ano em Luanda, publicado por Tiago Rebelo em 2008. Os dois romances não apenas são críticos ao 25 de abril, mas laudatórios ao salazarismo e ao colonialismo português em África. O fim do regime aparece, assim, nos romances, como um desvio do verdadeiro rumo da nação, do destino português.

Esta ideia articula-se com aquilo que Fernando Rosas (2001), em “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, chamou de mitos ideológicos fundadores do regime. Especificamente o “mito palingenético” (Rosas, 2001, p. 1034) e o “mito central da essência ontológica do regime” (Rosas, 2001, p. 1036). Dentro dessa visão, o salazarismo estabelecia um recomeço, uma renascença portuguesa que regenerava o país da decadência nacional produzida por mais de um século de liberalismo monárquico e republicano. Mais ainda, o Estado Novo não seria apenas mais um regime político na história do país, mas o retomar do “verdadeiro e genuíno curso da história pátria, fechado que fora, pela revolução nacional, o parêntesis obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo” (Rosas, 2001, p. 1034). Dessa maneira, da mesma forma que o pensamento liberal teria acarretado a decadência pátria no século XIX, interrompida pelo golpe de 28 de maio de 1926, o 25 de Abril seria o seu correlato no século XX, um novo desvio do verdadeiro destino de grandeza e ordem de Portugal.

Em *O último ano em Luanda*, esta perspectiva é apresentada de forma absolutamente explícita. O Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pelo fim do salazarismo e condução do país durante a transição de regime, é fortemente criticado e descrito como contrário aos interesses portugueses:

os oficiais do novo MFA adivinhavam-se demasiado jovens, politicamente inexperientes, porventura deslumbrados com o seu recém-adquirido estatuto revolucionário e, quem sabia, idealistas aventureiros condicionados por doutrinas interna-

cionalistas contrárias aos interesses portugueses mais óbvios (Rebelo, 2005, p. 222).

A noção de democracia, em oposição à organização corporativa do Estado Novo salazarista, aparece como fonte de desordem e indisciplina que passava a ser a marca observável também nos militares portugueses:

eram tempos raros aqueles, os soldados, sentindo o esboço da autoridade da cadeia de comando, esticavam a corda da liberdade apregoada pelo 25 de Abril, escudavam-se nos slogans do socialismo, levavam a democracia para os quartéis e a indisciplina ganhava terreno ao rigor (Rebelo, 2005, p. 327).

O país passa a ser descrito como um *locus horrendus*, um espaço de constantes convulsões que desembocavam em tumulto, crise econômica com consequências na possibilidade de empregabilidade dos cidadãos e crise social que desorganizava o corpo da nação, constituindo um ciclo que se retroalimentava. O processo de transição da ditadura para a democracia é descrito como um período de exageros que dirigiria o país para a mais completa ruína:

na loucura dos excessos que apanharam de surpresa um Portugal triste e cinzento, a novidade da liberdade foi, numa primeira fase, confundida com anarquia e quase não deixou espaço para outras preocupações. A sociedade ficou virada do avesso de um momento para o outro. Toda e qualquer autoridade que viesse do passado recente foi trucidada pelo vendaval libertário que se abateu sobre o país. As forças policiais eram menoscabadas pelo cidadão anônimo; os professores eram reprovados pelos alunos, que os afrontavam nas salas de aulas; os patrões, proscritos nas próprias empresas, viam-se a braços com insubordinações diárias e greves declaradas por empregados que reclamavam privilégios insensatos a troco de nada. O caos alastrava com o beneplácito dos sucessivos governos provisórios, frágeis e incompetentes, e mina-

va todos os sectores. Eram tempos loucos em que as empresas, as fábricas, as explorações agrícolas, entravam em colapso, uma após outra, mas a ingénua fantasia da liberdade sem regras revelava-se subitamente uma lição de irresponsabilidade quando os trabalhadores acordavam um dia no desemprego e percebiam que a festa acabara. Até lá, todos pareciam caminhar alegremente para o abismo (Rebelo, 2005, p. 347).

Mais ainda, o governo de transição instaurado com o 25 de Abril é caracterizado como o verdadeiro momento de desrespeito aos direitos humanos e arbitrariedades quando comparado ao salazarismo:

um governo provisório que já fez mais prisões políticas do que o regime anterior, a que acusavam de ditadura. Regina, há centenas de pessoas presas ilegalmente, sem mandado de captura, que são vítimas de maus-tratos e de tortura. Que democracia é esta, afinal? Isto é muito pior do que o governo anterior (Rebelo, 2005, p. 343).

Todo este cenário de injustiças e violências, com o povo e com o país, perpetrado pelo que o romance descreve como ações da “extrema-esquerda”, também referida como “os comunistas”, só teria fim com o 25 de Novembro, apresentado no romance, não como uma movimentação de alas conservadoras militares em Portugal, mas como uma resposta válida e digna da boa gente portuguesa em diferentes lugares do país: “cento e vinte mil pessoas indignadas com a irresponsabilidade do governo juntaram-se num protesto monumental contra o gonçalvismo” (Rebelo, 2005, p. 345-346), ou “ele resmungou qualquer coisa que tinha a ver com a boa gente de Leiria estar a erradicar a comunistagem lá da terra” (Rebelo, 2005, p. 353). Assim, o 25 de Abril aparece como um desvio dos verdadeiros rumos da história de Portugal que é apenas levemente corrigido com o 25 de Novembro, já que, na lógica do romance, o país continuaria sofrendo com as irresponsabilidades perpetradas.

O uso dos termos “comunista” ou “comunistagem” na narrativa ecoam com a fala de Francisco Rodrigues dos Santos, do CDS, trazida aqui como epígrafe: “25 de Novembro sempre, comunismo nunca mais!” (Santos *apud* Juventude Popular de Lisboa, 2016). Ecoam também com a fala de André Ventura, do Chega: “Hoje os cravos vermelhos deviam ser substituídos por cravos pretos. É o luto da democracia que estamos a celebrar” (Ventura *apud* Lusa, 2021b), que situa o fim do fascismo como um momento de luto para a nação. Mais ainda, ecoam com os ideais de uma formação da direita conservadora e autoritária, representada contemporaneamente por esses grupos políticos partidários, mas que estiveram constituídas no entorno de Salazar, adversário, durante o século XX português, das ideias socialistas e comunistas. “o pensamento salazarista vem sobretudo na linha da tradição contra-revolucionária da direita conservadora, ainda que moldado pelos ensinamentos do ‘catolicismo social’” (Rosas, 2001, p. 1038).

Em *Deixei o meu coração em África*, as críticas ao 25 de Abril ou ao Processo Revolucionário em Curso (PREC) não são tão explícitas. De fato, o PREC não é mencionado e o período posterior ao 25 de Abril só aparece em duas menções. A primeira vez, mais diretamente referenciado, a partir do personagem Armando, como um período de corrupção generalizada em que ninguém era punido por nenhum crime: “eles fartaram-se de fazer trafulhices na construtora, a seguir ao 25 de Abril. E o que corre por aí é que o Armando meteu muito dinheiro ao bolso com as adjudicações dos concursos públicos. E estas acusações todas vão ficar em águas de bacalhau” (Arouca, 2005, p. 248). A segunda menção ao momento histórico aparece na comparação de Portugal com o restante da Europa, quando o país é caracterizado como símbolo do atraso no continente: “as nossas estradas eram o espelho do atraso em que o país vivia. Na Europa, eram tudo auto-estradas” (Arouca, 2005, p. 429).

O atraso no desenvolvimento de Portugal, no entanto, não é relacionado às décadas de governo do Estado Novo. O romance centra-se propriamente no período salazarista e, nesse sentido, estabelece a ambientação durante os anos do regime, em oposição à desorganização e ao caos instaurado com a Revolução dos Cravos, como um tempo idílico, onde tudo funcionava a contento e todos viviam felizes. Portugal encontrava-se num momento de pleno desenvolvimento, de florescer da sua sociedade: “e embrenhei-me naquelas descrições queirosianas da sociedade lisboeta, que vivia a um ritmo cada vez mais acelerado a tal ‘Primavera Marcelista’” (Arouca, 2005, p. 402). O espaço português europeu aparece metonimicamente representado por Lisboa, uma cidade organizada e ordeira em franco desenvolvimento:

nos fins de 1968 e princípios de 1969, as mulheres calçavam luvas, os homens vestiam gabardinas e muitos ainda usavam chapéu. O trânsito de Lisboa era, em muitas zonas, orientado pelos polícias sinaleiros que se caracterizavam pelas luvas brancas, os chapéus coloniais e a mímica sincronizada. Os táxis eram pretos e verdes, a frota composta, quase sem exceções, por Mercedes 190, a que se chamava os ‘Matateus’, os autocarros de dois andares também verdes, os eléctricos amarelos. Miúdos, viajando à borla, penduravam-se-lhes nas portas traseiras, num arriscado número de circo. A cidade era limpa e respirava segurança (Arouca, 2005, p. 129).

Esta perspectiva aparece não somente na disposição do espaço urbano, mas também na percepção individual das personagens do romance, que relatam uma vida sem problemas ou preocupações no território português europeu em oposição à rotina vivida pelos soldados na Guerra Colonial: “no entanto, não me deixa de fazer confusão que nós, aqui, continuemos com uma vida tão ligeira, desocupada, sem problemas, e vocês, aí, tenham uma vida tão dura e perigosa” (Arouca, 2005, p. 135).

Apesar de Salazar ser abertamente caracterizado como ditador e, portanto, o Estado Novo como uma ditadura, não há nenhum episódio no romance de censura, perseguição política, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos ou ocultações de cadáveres. Ao contrário, Salazar é descrito como um homem tímido e amado pelo povo: “mais de cem mil pessoas no cais de Lisboa. Gritavam pelo nome de Salazar. Foi ela que convenceu o tímido ditador a abeirar-se de uma janela e falar à multidão. Foi o delírio” (Arouca, 2005, p. 139). Além disso, o regime, por intervenção direta de Salazar, aparece como respeitador e obediente aos direitos humanos e leis internacionais: “para veres bem, a tal tropa de elite seria formada por presidiários que viriam do Limoeiro. – Ricardo teve o primeiro sorriso. – Salazar não deixou – continuou Dias –, era proibido pelas leis internacionais...” (Arouca, 2005, p. 219).

Além de ser apresentado como um grande patriota, amado e respeitado por todos, a vertente de resistência ao comunismo de Salazar também é reforçada no romance. O ditador e seu regime seriam a esperança, não apenas de Portugal, mas também de uma possibilidade de futuro independente digno para os seus territórios coloniais, frente à ameaça do bloco comunista no período da Guerra Fria. Assim, a Guerra Colonial seria um imperativo justo, inclusive para a proteção de Angolanos, Moçambicanos e Guineenses, mesmo que estes não percebessem o que de fato estava em jogo e as ótimas intenções do ditador português para com os seus futuros enquanto nação. A guerra seria a única forma de conter as tentativas de alinhamento dos territórios que viriam a ser descolonizados com o comunismo soviético. Há, portanto, esta caracterização dos africanos como pessoas infantilizadas e que precisam ter os seus futuros guiados pela mão firme do ditador que, apesar de, como um pai, contrariar as suas vontades imediatas, o faz para o próprio bem de seus protegidos: “o Dr. Salazar, por quem todos os patriotas nutrem uma especial estima, teve uma visão em que só seria possível ne-

gociar a descolonização com a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo soviético. Até lá, não há negociação possível” (Arouca, 2005, p. 269).

Silvio Renato Jorge (2000), em “Portugal e a imagem do império: os (des)caminhos de uma identidade”, na esteira do pensamento Edward Said, propõe uma reflexão sobre a permanência de um ideal imperial na formulação de identidade cultural portuguesa contemporânea. Said, em *Cultura e imperialismo*, vai pensar o estabelecimento ou manutenção de um império como algo que sobrevive “numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais” (Said, 1995, p. 40). Silvio Jorge, por sua vez, refletirá sobre a permanência da imagem de “país dos descobrimentos” no ideário português, excluindo e depurando os seus aspectos negativos, “escamoteados no processo de reflexão acerca da identidade pátria, com o objetivo utópico de encontrar uma lusitanidade ancestral, pura, reflexo ainda de uma visão imperialista de mundo” (Jorge, 2000, p. 11). Se Silvio Renato Jorge analisa a relação com o passado imperial num recorte amplo e politicamente indiferenciado do povo português, o escopo deste artigo se refere a este tipo de processo especificamente no pensamento da extrema direita portuguesa. A seleção e refinamento de partes específicas do passado salazarista funcionam, assim, para construir uma narrativa laudatória no presente que se apresente como devir no futuro.

Em “O que significa elaborar o passado?”, Theodor Adorno (1995) critica o que ele chama de vigorosa tendência à atenuação dos eventos trágicos e violentos que caracterizaram os regimes de exceção do século XX, especificamente o nazismo. O autor situa esta tendência advinda dos partidários dos que praticaram injustiças sob a forma de eufemismos, negação, relativização e minimização. Para Adorno, esta posição acha-se apoiada na permanência de um narcisismo co-

letivo identificado à personalidade autoritária que serve à recusa da culpa. No entanto, dá-se a ver o desejo de deixar o passado para trás na medida do mal-estar no contato com a violência do passado que não passou, porém, as custas do gesto de tudo esquecer e perdoar por parte das vítimas em nome de um progresso e de uma desqualificação racional-utilitária da lembrança.

Nesse sentido, elaborar o passado significaria um esquecimento conveniente do que macula um certo ideal identificatório de massa. Reunidos esses elementos, não é surpreendente verificar as constantes ameaças de reincidência ou repetição de modelos autoritários pelas quais atravessam as democracias. Para Adorno, isto se deve ainda “à persistência dos pressupostos sociais e objetivos que geram o fascismo” (Adorno, 1995, p. 46). Embora ele localize a disposição subjetiva afeita a esse discurso, há antes um discurso, aquele que uniformiza as subjetividades e se contrapõe à emancipação. Segundo o autor, “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou” (Adorno, 1995, p. 53). Logo, qualquer recusa do passado, consciente ou inconsciente, contribui para que ele possa se repetir.

Em conclusão, tentamos apresentar uma análise de como o pensamento neofascista tem se desenvolvido em diferentes esferas da representação. De um lado, na representação política, através de excertos de membros de partidos de diferentes espectros do campo da direita no parlamento português. De outro, no campo da cultura, a partir da seleção de dois romances contemporâneos que retomam a ideia de um período idílico do Estado Novo que foi interrompido, como um desvio no verdadeiro rumo da história pátria, pelo advento do 25 de Abril. A correlação entre os dois campos de representação se faz na dinâmica entre percepção de mundo e expressão do seu diagnóstico de significações, que recupera a crença da capacidade da cultura de interferir no movimento da história. É a partir da pro-

dução de um reconhecimento, feito pelos pares, de um saudosismo de elementos depurados do passado que se pretende celebrá-los no presente e repeti-los no futuro.

Assim, a disputa por imaginários na cultura, que se apresenta como projeto de atualização das utopias no campo da política, parece sintomática de um momento de crise civilizatória, tal como acontecido nas décadas iniciais do século XX, mas resguardadas as suas especificidades contemporâneas. Se este fenômeno, mesmo que global, ainda se processa dentro de recortes nacionais mais ou menos integrados, a ascensão do neofascismo em Portugal oferece características próprias, lidando tanto com demandas contemporâneas mais gerais, como as pautas anti-imigração da Europa, quanto com aspectos particulares não elaborados da cultura portuguesa, como a projeção de uma imagem imperial de nação.

RECEBIDO: 19/09/2025

APROVADO: 05/10/2025

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado?. In: ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 169-186.
- AROUCA, Manuel. *Deixei meu coração em África*. Amadora: Oficina do livro, 2005.
- GRISONI, Dominique; MAGGIORI, Robert. "L'actualisation de l'utopie" in *Les Temps Modernes. Février*, n. 343, p. 879-928, 1975.
- JORGE, Silvio Renato. Portugal e a imagem do império: os (des)caminhos de uma identidade. *Boletim do CESP*, [S. l.], v. 20, n. 26, p. 9-28, jan-jun. 2000.
- JUVENTUDE POPULAR LISBOA. "Os radicalismos não se compadecem com a moderação que serve a nossa participação política nem com a visão que defendemos do Estado e da sociedade." Lisboa, 25 nov. 2016. Facebook: Juventude Popular de Lisboa @liboa.jp. Disponível em: <https://www.facebook.com/liboa.jp/posts/os-radicalismos-nao-se-compadecem-com-a-moderaçao-que-serve-a-nossa-participaçao-politica-nem-com-a-visao-que-defendemos-do-estado-e-da-sociedade-101530101111111>

comadecem-com-a-modera%C3%A7%C3%A3o-que-serve-a-nossa-par-ticipa%C3%A7%C3%A3o/1320900484598784/. Acesso em: 28 nov. 2025.

LUSA. “A esquerda sectária acha que é dona do 25 de Abril”. *Política ao minuto*, Portugal, 25 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com/politica/1739690/a-esquerda-sectaria-acha-que-e-dona-do-25-de-abril>. Acesso em: 28 nov. 2025.

LUSA. 25 de Abril. Ventura diz que devia ser celebrado “luto da democracia”. *Política ao minuto*, Portugal, 25 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com/politica/1739703/cravos-pretos-ventura-diz-que-devia-ser-celebrado-luto-da-democracia>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PITA, António Pedro. “Mudar a vida” precisa da arte?. *Biblos*, Coimbra, v. XI, p. 61-73, 2014.

REBELO, Tiago. *O último ano em Luanda*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, v. XXXV, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MINICURRÍCULO

DANIEL MARINHO LAKS é bolsista PQ2 do CNPq, professor adjunto e professor do quadro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Literatura na Universidade Federal de São Carlos. Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura Cultura e Contemporaneidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com período sanduíche de doze meses na Universidade de Coimbra (2016). Possui mestrado em Letras pela PUC-Rio (2011). Atualmente, dedica-se a temas como: Ecos coloniais na literatura portuguesa contemporânea, trocas culturais em espaços de língua portuguesa.

NATHÁLIA SOUZA MARTINS DE OLIVEIRA é psicanalista. Membro da Coordenação de Extensão do SEPAI. Associada ao Fórum do Campo Lacaniano (RM C). Possui graduação em Psicologia – IBMR (2018), com ênfase em Psicanálise e Psicodiagnóstico. Especialização em Psicanálise e Saúde Mental – SEPAI (2023). Formação em Psicanálise pelo Corpo Freudiano – RJ.